

Relatório da Administração 2014

Enercan

Campos Novos Energia S.A.

ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.
CNPJ nº 03.356.967/0001-07 - Companhia Fechada



Usina Hidrelétrica Campos Novos



Relatório da Administração 2014

Sumário

5	Relatório da administração
13	Balancos patrimoniais
14	Demonstração do resultado
14	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
15	Demonstração dos fluxos de caixa
16	Notas explicativas da administração
25	Conselho de administração
25	Diretoria
25	Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Relatório da administração

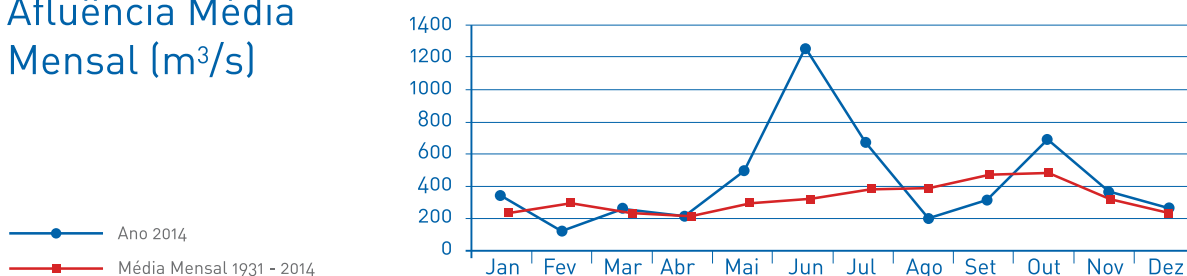
DESEMPENHO OPERACIONAL

O Rio Canoas, integrante da Bacia do rio Uruguai, apresentou vazões acima da média histórica em 2014, registrando uma afluência média 40% acima da Média de Longo Termo - MLT. O mês de junho foi bastante atípico, sendo o 2º junho mais úmido em todo histórico de vazões (396% da MLT).

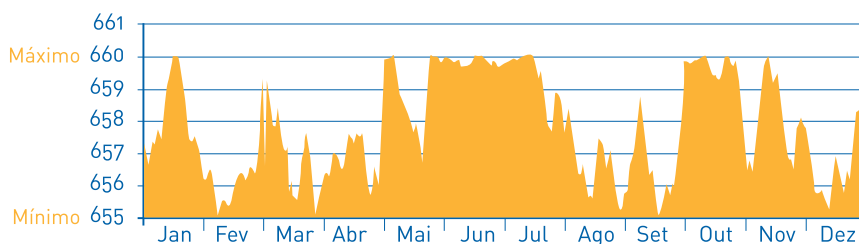
A UHE Campos Novos não possui grande volume de acumulação: o nível de seu reservatório depleciona 5 (cinco) metros e são frequentes os vertimentos, características típicas da região onde se insere, um vale encaixado proporcionando uma das melhores relações entre produção

de energia e área alagada. Durante todo ano, a geração da Usina foi um importante recurso de potência e energia para o Sistema Interligado Nacional - SIN. A partir de junho, com o aumento da afluência, foram adotadas medidas para aumento da geração em todos os períodos de carga. Devido ao contexto hidroenergético do SIN, marcado pela baixa afluência nos submercados Sudeste e Nordeste, o ONS solicitou da UHE Campos Novos operação de forma plena. Além disso, eventos de grande porte, como a Copa do Mundo e as Eleições Presidenciais, exigiram a maximização da geração no Sul com intuito de aumentar a segurança elétrica do sistema.

● Afluência Média Mensal (m³/s)



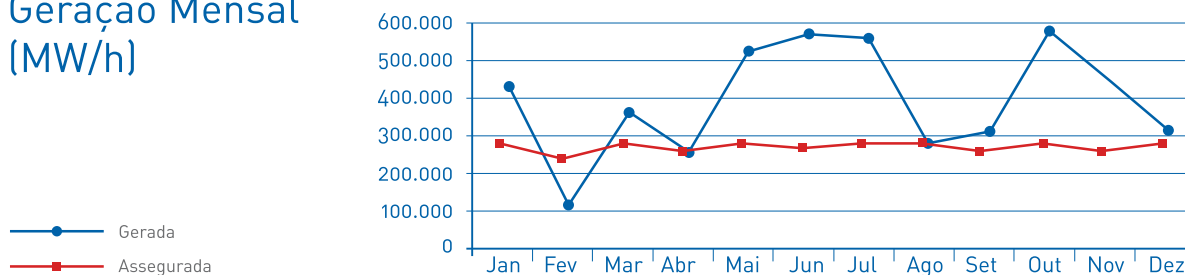
● Nível do Reservatório (m)



A geração anual da Usina Campos Novos foi de 4.673 GWh, o que corresponde a 141% da energia assegurada. Desde sua entrada em operação, já foram gerados 32,15 TWh. No mês de junho de 2014, com uma afluência de 396% da MLT, Campos Novos

atingiu o recorde de geração dos meses de junho desde sua entrada em operação, com uma geração de 566.612 MWh no mês, ou seja, 208% da correspondente energia assegurada do mês.

● Geração Mensal (MW/h)



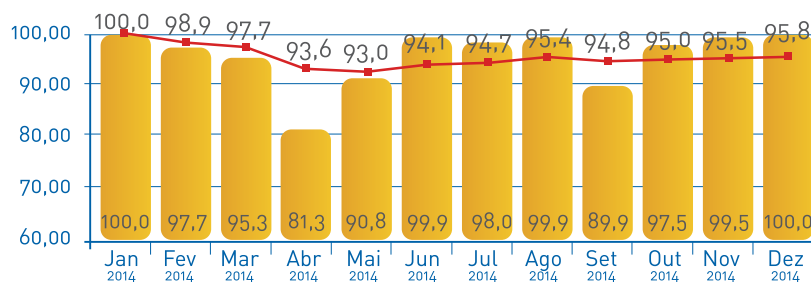
O Índice de Disponibilidade médio em 2014 foi de 95,84%, muito acima dos 85,32% previstos no Contrato de Concessão da Usina, constituindo-se em uma importante reserva de disponibilidade em caso de longas indisponibilidades futuras.

A UHE Campos Novos dispõe de 461 dias de folga para indisponibilidade de uma UG para não ser penalizada pelo Mecanismo de Redução de Energia Assegurada – MRA.

● Disponibilidade Acumulada no Ano

Disponibilidade (%)

Disponibilidade no Mês
Disponibilidade Acumulada no Ano



Em 2014, a ENERCAN realizou a instalação de sistema de combate ao Mexilhão Dourado na UHE Campos Novos, através da injeção de hipoclorito de cálcio em baixas concentrações. O sistema evitará a incrustação do molusco nos equipamentos da Usina, prevenindo assim o entupimento de equipamentos. O mesmo sistema também é utilizado nas UHEs Machadinho, Foz do Chapecó e Barra Grande.

incidentes sobre a receita da Companhia (ICMS, PIS e COFINS) totalizaram R\$ 42 milhões, com resultado de R\$ 98 milhões no exercício. Foram distribuídos em dividendos R\$ 32,9 milhões, relativos ao resultado do exercício anterior. Destaque, ainda, para a necessidade de compra de energia no mercado de curto prazo, basicamente de fonte térmica, pela baixa geração hidráulica do sistema em 2014, fator de extrema importância para o resultado do exercício verificado.

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Em 2014, a ENERCAN alcançou R\$ 540 milhões de receita operacional bruta, e R\$ 498 milhões de receita líquida. Os impostos

Os custos da Companhia ficaram em R\$ 139,38/MWh¹ em 2014. Destes, apenas R\$ 4,80/MWh² foram gastos gerenciáveis.

¹ Os custos apresentados englobam: (1) Impostos: PIS, COFINS, IR e CSLL - não inclui ICMS; (2) Endividamento: amortização do principal e juros; (3) Encargos Setoriais: CFURH, TFSEE, P&D, Energia elétrica comprada para revenda e encargos de uso da rede elétrica, e pagamento de UBP - caixa.

² Contempla os gastos gerenciáveis com Pessoal, Materiais, Serviços de Terceiros e Outros nas áreas de Operação e Manutenção, Meio Ambiente e Corporativo. Não inclui doações incentivadas, provisões e tributos de menor volume.

LIQUIDAÇÃO E REGULAÇÃO DE ENERGIA

A Garantia Física da Usina Hidrelétrica Barra Grande, conforme Contrato de Concessão, foi de 3.310 GWh em 2014. O percentual de perdas na Rede Básica e Consumo Interno descontado da Garantia Física para venda de energia foi de 2,75% (sendo 2,3% de perda estimada do sistema e 0,45% referente ao consumo interno da Usina). A energia foi vendida diretamente aos Acionistas da ENERCAN, ou a Distribuidoras pertencentes a seus Grupos Econômicos, no Ambiente de Contratação Livre, a um preço médio de R\$ 150,31/MWh. Para ajuste de perdas da rede básica e complementação de lastro, foram firmados contratos de compra de energia pela ENERCAN em montante total de 5 MW médios, no ano.

Grande destaque para a baixa geração hidráulica do Sistema Interligado Nacional e consequente necessidade de compra de energia no mercado e curto prazo, de alto custo. A partir de agosto a ENERCAN passou a comprar energia para reduzir o impacto do GSF gerando uma redução de R\$ 2,1 milhão no desembolso no exercício de 2014. Considerando as compras realizadas em novembro e dezembro de 2014 - liquidadas em 2015 - o ganho total chega a R\$ 4 milhões. Este ganho contempla tanto o deságio na compra de energia quanto e os seus efeitos fiscais.

Contabilizou-se, no ano, um desembolso líquido total de R\$ 123 milhões com compra de energia, com grande impacto no resultado do exercício da Companhia. Vale ressaltar que o mecanismo vigente nas regras setoriais é perfeitamente adequado em se tratando das grandezas físicas – MWh. Desde o início de sua operação comercial, em fevereiro de 2007, a UHE Campos Novos gerou mais do que sua energia assegurada, alternando períodos secos, em que comprou energia, e úmidos, em que vendeu mais do que sua energia assegurada. Do ponto de vista financeiro, entretanto, há um evidente desequilíbrio - quando há energia hidráulica excedente

no Sistema Interligado Nacional, as térmicas deixam de operar e essa energia excedente é vendida pelos geradores hidráulicos, a chamada energia secundária, a preço bastante reduzido e muitas vezes próximo ao PLD mínimo dos períodos (em média história, na ENERCAN, este preço fica em torno de R\$ 92,00/MWh). Quando há insuficiência de geração hidráulica, entretanto, o preço atinge valores muito elevados – em 2014, foi observado preços no patamar superior de R\$ 822,83/MWh. A conta atinge o equilíbrio, portanto, em MWh, mas não em R\$, já que a receita obtida em momentos de hidrologia adequada não compensa os momentos desfavoráveis.

ENDIVIDAMENTO

O serviço da dívida, referente ao pagamento de juros e principal dos Financiamentos com BNDES e emissão de Debêntures totalizou R\$ 120 milhões. Destaque para a repactuação das debêntures no mês de dezembro de 2014, com manutenção do custo anterior: CDI + 1,25% aa. Vale notar que o vencimento das debêntures, cujo pagamento é trimestral, expira em dezembro de 2025. E o BNDES, com pagamentos mensais, em março de 2019.

Passivo Atual	31/12/14 R\$ MIL	% Dívida
BNDES - TJLP	289.516	72%
BNDES - Cesta	26.923	7%
Total BNDES	316.439	79%
Debêntures	82.510	21%
Dívida Total	398.949	100%

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

Em 2014 a ENERCAN pagou R\$ 125 milhões a título de impostos, contribuições e taxas diversas a órgãos Federais, Estaduais e Municipais, conforme quadro abaixo.

Impostos, Taxas e Contribuições – 2014	R\$ MIL
IR – Imposto de Renda Pessoa Jurídica	35.531
CFURH	25.196
COFINS	25.178
CS – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	13.447
ICMS	11.045
PIS	5.462
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	4.920
UBP – Uso do Bem Público	2.316
TFSEE – Taxa de Fiscalização ANEEL	1.657
INSS	654
TOTAL	125.406

AÇÕES AMBIENTAIS

Em 2014 a ENERCAN concluiu o processo de renovação da Licença Ambiental de Operação (LAO 080/2009). A FATMA - Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina – emitiu no dia 23/12/2014 a renovação da Licença Ambiental de Operação (LAO 9665/2014), com vigência de oito anos.

A ENERCAN obteve, no mês de abril de 2014, a aprovação do Plano Ambiental de Conservação e Uso das Águas e do Entorno do Reservatório da UHE Campos Novos - PCAU. Esta aprovação se deu após um longo período de avaliações, consultas populares e revisões. O documento define os tipos e de regras de uso da água do reservatório e das propriedades da ENERCAN no entorno do lago, as APPs – Áreas de Preservação Permanente. Com sua aprovação foram iniciadas as atividades de implantação das ações a

cargo da ENERCAN, dentre elas a divulgação do plano, regularização dos acessos e corredores ao lago e instalação das placas de sinalização, conforme exigências da FATMA e da Marinha do Brasil.

As atividades de educação ambiental envolveram a realização de eventos em datas comemorativas, como o dia da água, dia do meio ambiente e dia da árvore. Tais ações compreenderam desde distribuição de cartilhas e mudas até a realização de palestras, gincanas ecológicas e peças teatrais. O principal foco foi a conscientização das comunidades e o despertar da responsabilidade de todos para a manutenção de um meio ambiente equilibrado, sustentável. Entre as atividades realizadas, foi apoiado o evento de limpeza do rio Canoas, realizadas orientações e adquiridos contentores de lixo para coleta seletiva nas escolas e apoiada a realização do projeto de coleta de óleo usado na cidade de Campos Novos.

Foi realizado pelo terceiro ano consecutivo o Programa de Conservação da APP - Área de Preservação Permanente, premiando os proprietários vizinhos ao reservatório que mais ajudaram na conservação da APP. Tal programa, muito elogiado pelos órgãos licenciadores ambientais, apresentou resultados melhores que as ações punitivas pelo mau uso das APPs.

Em 2014, a ENERCAN patrocinou a realização de dois cursos de formação infantil ministrados pela Polícia Militar Ambiental de Lages, cujo objetivo é formar “protetores ambientais”.



Premiação do Programa de Conservação da APP

Turma de Protetores Ambientais do município de Campos Novos



Alunos do município de Abdon Batista reunidos para a caminhada pela preservação ocorrida no Dia Mundial do Meio Ambiente



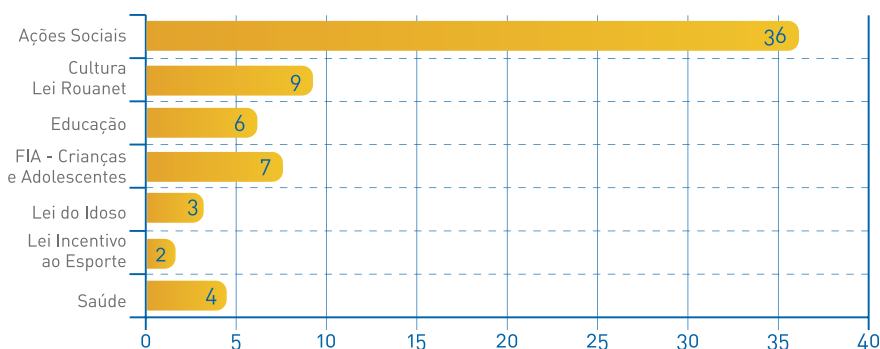
AÇÕES SOCIAIS

Em 2014 foram investidos no Programa de Responsabilidade Socioambiental da ENERCAN cerca de R\$ 4 milhões, considerando contrapartidas e investimento de parceiros. Desse total, a Companhia aportou R\$ 1,8 milhões em 23 projetos sociais das seis leis de incentivo fiscal: Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), FIA (Fundo para Infância e Adolescência), Lei do Idoso, Incentivo ao Esporte, PRONON (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica) e PRONAS (Programa de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência). Outros R\$ 271 mil foram

repassados a 44 projetos e ações sociais de instituições que atuam nos municípios do entorno Usina Hidrelétrica Campos Novos. Ao todo, portanto, a ENERCAN apoiou 67 projetos e ações sociais, que geraram 395 empregos, entre diretos e indiretos, e beneficiaram cerca de 100 mil pessoas.

Destaque para o projeto cultural FLICAM - Festival Literário e Cultural Camponovense, que incentivou a leitura através de feira do livro, com participação de escritores, contação de histórias, oficinas educativas e apresentações culturais em Campos Novos. O projeto recebeu aproximadamente 10 mil pessoas.

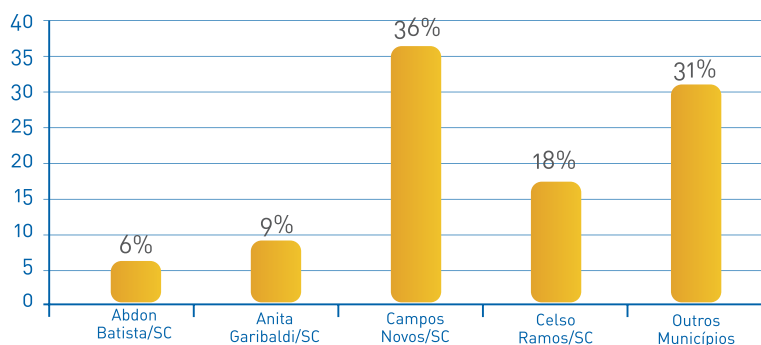
● N° de Projetos Sociais por Linha de Atuação - 2014



Em relação ao número total de projetos aprovados, destacam-se as ações sociais, caracterizadas por apoio a eventos municipais e de inclusão social como o dia da mulher, dia da criança, campanhas de prevenção de situações de risco, dia

do autista, natal para crianças carentes, ações voluntárias das comunidades e colaboradores e, em seguida, projetos culturais pela Lei Rouanet, com temáticas educativas como incentivo à leitura, educação ambiental, dança e música.

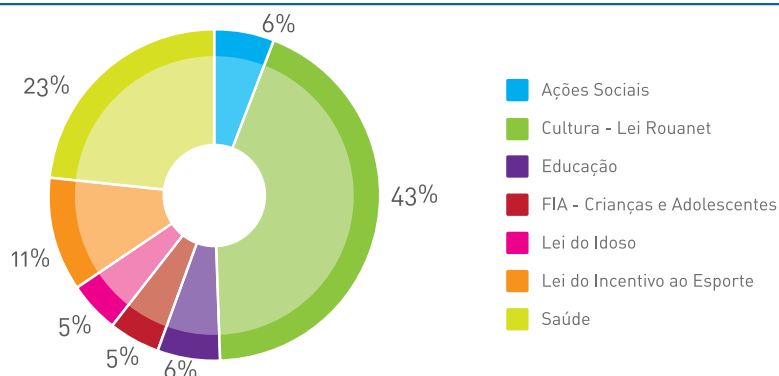
● Percentual do Investimento Total da ENERCAN por Município



O município que mais recebeu investimentos na área social foi Campos Novos, por ter cadastrado maior número de projetos no sistema de seleção da empresa e que receberam melhor qualificação na análise interna da Comissão Avaliadora de Projetos Sociais. Destacamos a duas novas leis de incentivo fiscal: o PRONON - Programa Nacional de

Apoio à Atenção Oncológica e o PRONAS – Programa de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência, através do apoio a projetos sociais de hospitais que atendem principalmente o Sul do Brasil, beneficiando também pessoas da região da Usina.

● Percentual do Valor Total Investido pela ENERCAN por Linha de Atuação - 2014



Quanto ao investimento por linha de atuação, em 2014 ficou em destaque a Cultura e a Saúde, especialmente devido aos recursos incentivados disponíveis, que juntos somaram 66% do total aplicado pela empresa. O equivalente a 6% do Imposto de Renda devido foi aplicado pela ENERCAN

em 11 projetos sociais, beneficiando milhares de pessoas que possuem pouco acesso a eventos culturais e proporcionou importantes melhorias na área da saúde, especialmente para crianças autistas e no combate ao câncer.

Doação de equipamentos para Hospital, em Anita Garibaldi/SC





*Escola de Voleibol e Futsal,
em Celso Ramos/SC*



*FLICAM – Feira do Livro,
em Campos Novos/SC*

Todos os projetos aprovados pela ENERCAN são divulgados no site da Companhia: www.enercan.com.br. Lá também é possível conhecer as diretrizes do programa, identificar as linhas de atuação do Programa de Responsabilidade Socioambiental e assim cadastrar novos projetos, facilitando a participação das instituições sociais e demais interessados no financiamento de bons projetos sociais.

PESQUISA & DESENVOLVIMENTO

Com a missão de promover a melhoria contínua e sustentável e contribuir para o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico, a ENERCAN desenvolve, desde 2007, seu Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em atendimento à Lei nº 9.991/2000 e o regulamento estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, atuando junto a instituições de ensino e pesquisa, fundações e fabricantes de equipamentos. A ENERCAN investiu R\$ 4,5³ milhões no seu Programa de P&D, sendo R\$ 2

milhões destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, R\$ 987 mil para o Ministério de Minas e Energia e R\$ 1,5 milhões na execução de projetos em parcerias com Universidades, Centros de Pesquisa e empresas de tecnologia.

Os projetos em execução estão relacionados à (i) geração de energia por fontes alternativas, (ii) ao desenvolvimento de um sistema de monitoramento integrado, online e multiparâmetros para barragens utilizando uma única tecnologia sensores ópticos, (iii) o desenvolvimento de modelagem para estudar a dinâmica da estrutura trófica do reservatório, associada aos processos da bacia hidrográfica e a operação do reservatório, (iv) o desenvolvimento de metodologia para definição e revisão tarifária para usinas geradoras sob o regime de cotas, dentre outros. Maiores informações sobre o Programa de P&D da ENERCAN podem ser obtidas no site da ENERCAN em www.enercan.com.br.

³ O valor de R\$ 4,5 milhões é referente ao que efetivamente foi desembolsado em projetos e aportes ao FNDCT e MME. Difere do valor da DRE – R\$ 4,9 milhões – pois a DRE traz os valores provisionados no ano.

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Em 2014 a ENERCAN comemorou novamente a não ocorrência de acidentes com afastamento, tanto dos colaboradores da UHE Campos Novos quanto de terceiros contratados. O bom resultado obtido deve-se à realização de ações de Saúde, Segurança e Meio Ambiente.

A 9ª SIPAT 2014, organizada pela CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), elegeu a frase "Aplicando seus conhecimentos com tranquilidade e conscientização, a segurança fica em nossas mãos". Os colaboradores assistiram palestras sobre prevenção a AIDS e demais Doenças Sexualmente

Transmissíveis, Olhar o próximo e alimentar a motivação, Ergonomia e suas aplicações no nosso ambiente de trabalho, e Alcoolismo e Tabagismo. Para os colaboradores interessados em uma alimentação mais saudável, foram disponibilizadas consultas individuais com a nutricionista. Participaram também de uma gincana de atendimento a emergências, onde profissionais do Corpo de Bombeiros montaram provas conforme as possibilidades de ocorrências dentro da Usina.

A ENERCAN mantém tanto na usina quanto nos escritórios em Florianópolis um programa de Ginástica Laboral.

Gincana promovida pelo Corpo de Bombeiros na 9ª SIPAT 2014



COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Em 2014 foram produzidas 135 matérias pela assessoria de comunicação da ENERCAN. Durante o ano foram publicadas 515 matérias relacionadas à ENERCAN e/ou a Usina Hidrelétrica Campos Novos dentre sites, jornais e revistas, além da veiculação de 53 programas de rádio pela Rádio Cultura de Campos Novos, que possui maior cobertura nos municípios de abrangência da Usina.

AUDITORIA EXTERNA

A ENERCAN informa que os únicos serviços prestados à Empresa pelos seus auditores independentes são os relacionados com os exames da auditoria independente das demonstrações contábeis.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos os senhores Acionistas, Autoridades e Órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, fornecedores de bens e serviços, e nossos colaboradores pela confiança, dedicação e empenho, fatores determinantes para o alcance do objetivo de operar esse grande empreendimento, repleto de desafios e oportunidades. À comunidade residente na região de abrangência da Usina, nossos agradecimentos pelo carinho com que recebem nossos representantes, e pela manutenção de um diálogo constante e sempre construtivo.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

ATIVO	2014	2013
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	45.329	21.483
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 9)	85.835	74.855
Impostos e contribuições a recuperar	10.972	385
Outros créditos	1.077	1.238
	143.213	97.961
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 8)	31.375	37.298
IRPJ e CSLL diferidos (Nota 22)	9.447	9.159
Outros créditos	5.977	6.105
Depósitos judiciais (Nota 18)	53.876	49.822
	100.675	102.384
Investimentos	85	88
Imobilizado (Nota 10)	1.167.620	1.224.332
Intangível (Nota 11)	12.127	12.793
Diferido (Nota 12)	2.289	3.388
	1.282.796	1.342.985
Total do ativo	1.426.009	1.440.946
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante		
Fornecedores (Nota 13)	2.791	2.216
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	75.380	74.775
Salários, provisões e contribuições sociais	597	565
Impostos e contribuições a recolher (Nota 16)	3.526	10.724
Debêntures (Nota 14)	7.900	7.761
Uso do bem público (UBP) (Nota 15)	1.186	1.115
Encargos setoriais (Nota 17)	6.776	6.309
Dividendos propostos (Nota 20)	50.932	32.950
Total do passivo	149.088	136.415
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	241.059	312.018
Debêntures (Nota 14)	74.217	81.639
Uso do bem público (UBP) (Nota 15)	23.021	22.856
Provisões para contingências (Nota 18)	27.797	27.076
Encargos setoriais (Nota 17)	12.371	10.003
	378.465	453.592
Patrimônio líquido (Nota 19)		
Capital social	388.787	388.787
Reserva de lucros	509.669	462.152
Total do patrimônio líquido	898.456	850.939
Total do passivo e patrimônio líquido	1.426.009	1.440.946

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2014	2013
Receita operacional líquida (Nota 20)	497.841	470.182
Custos dos serviços de energia elétrica		
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (Nota 17)	(25.196)	(19.559)
Energia elétrica comprada para revenda e encargos de uso da rede elétrica	(209.588)	(122.426)
Depreciação e amortização (Notas 10, 11 e 12)	(58.636)	(51.906)
Amortização - UBP (Nota 11)	(576)	(571)
Crédito de PIS e COFINS sobre imobilizado	2.204	1.964
Taxa de fiscalização (Nota 17)	(1.657)	(1.704)
Pesquisa e desenvolvimento (Nota 17)	(4.920)	(4.565)
	(298.369)	(198.767)
Lucro operacional bruto	199.472	271.415
Despesas operacionais		
Pessoal	(4.149)	(4.276)
Material	(702)	(578)
Serviços de terceiros	(10.041)	(10.515)
Seguros	(533)	(543)
Provisão para contingências (Nota 18)	125	704
Outras despesas	(2.902)	(2.527)
	(18.202)	(17.735)
Resultado do serviço	181.270	253.680
Resultado financeiro (Nota 21)		
Receitas financeiras	14.295	14.487
Despesas financeiras	(44.957)	(56.073)
Variações cambiais, líquidas	(3.243)	(3.785)
	(33.905)	(45.371)
Outras receitas		
Ganhos na alienação de bens e direitos	62	-
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	147.427	208.309
Imposto de renda e contribuição social - Corrente (Nota 22)	(49.266)	(72.016)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido (Nota 22)	288	2.444
Lucro líquido do exercício	98.449	138.737
Lucro líquido básico e diluído por ação - Em reais	0,253	0,356

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	388.787	38.878	427.487	-	855.152
Dividendos propostos acima do mínimo obrigatório (Nota 19)	-	-	(112.500)	-	(112.500)
Dividendos propostos acima do mínimo obrigatório, não pago (Nota 19)	-	-	2.500	-	2.500
Lucro líquido do exercício	-	-	-	138.737	138.737
Destinações (Nota 19)					
Reserva legal	-	6.937	-	(6.937)	-
Dividendos propostos (Nota 19)	-	-	-	(32.950)	(32.950)
Lucro a disposição da assembleia	-	-	98.850	(98.850)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	388.787	45.815	416.337	-	850.939
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	(27.550)	-	(27.550)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	98.449	98.449
Destinações:					
Reserva legal	-	4.922	-	(4.922)	-
Dividendos propostos (Nota 19)	-	-	-	(23.382)	(23.382)
Lucro a disposição da assembleia	-	-	70.145	(70.145)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	388.787	50.737	458.932	-	898.456

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	147.427	208.309
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	59.204	52.419
Baixa de ativo de imobilizado	-	73
Juros e variação monetária com empréstimos, financiamentos e debêntures	42.214	49.149
Juros e variação monetária com UBP	2.552	2.936
Constituição e atualização da provisão para contingências	721	7.033
Variações em:		
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	5.923	26.247
(Aumento)/redução em contas a receber	(10.980)	2.909
(Aumento)/redução em outros ativos	292	(2.241)
(Aumento)/redução em depósitos judiciais	(4.054)	(6.984)
Aumento/(redução) em fornecedores	575	(838)
Aumento/(redução) em salário, provisões e contribuições sociais	32	(21)
Aumento/(redução) em impostos e contribuições a recolher	(10.119)	800
Aumento/(redução) em encargos setoriais e outros passivos	2.835	3.296
Caixa proveniente das operações	236.622	343.087
Juros pagos	(39.004)	(45.106)
Pagamento de UBP	(2.316)	(2.137)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(56.932)	(71.331)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	138.370	224.513
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos	-	2
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(727)	(1.979)
Caixa líquido aplicado nas pelas atividades de investimentos	(727)	(1.977)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(80.847)	(80.369)
Pagamento de dividendos	(32.950)	(148.070)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(113.797)	(228.439)
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	23.846	(5.903)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.483	27.386
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	45.329	21.483

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

Notas explicativas da administração

às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

(a) A Companhia: A Campos Novos Energia S.A. (doravante referida também como "ENERCAN" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objetivo e principal atividade operacional a construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica Campos Novos ("UHE Campos Novos"), localizada no Rio Canoas entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, e do Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 43/2000, firmado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O Contrato de Concessão, assinado em 29 de maio de 2000, determina que a energia elétrica produzida no empreendimento seja utilizada ou comercializada pela Companhia, com vigor por prazo de 35 anos contados a partir dessa data. A Companhia tem sede em Campos Novos - SC, tendo sido constituída em 21 de julho de 1999. Essas demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Administração, em 22 de janeiro de 2015.

(b) UHE Campos Novos: A construção da Usina, com potência instalada de 880 MW através da implantação de três turbinas, teve seu início no primeiro semestre de 2001, e o início das operações estava previsto inicialmente para o mês de janeiro de 2006. Todavia, devido a um sinistro no sistema de fechamento do túnel de desvio, o início da geração comercial de energia elétrica pela 1ª Unidade Geradora ("UG") ocorreu em 3 de fevereiro de 2007. Subsequentemente, em 17 de fevereiro e 9 de maio de 2007, a 2ª e 3ª Unidades Geradoras iniciaram a operação comercial. O empreendimento possui as licenças e autorizações necessárias, seguindo as exigências requeridas pelos órgãos reguladores e ambientais. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$5.875, já que o ativo circulante registra um prazo de recebimento do faturamento entre 30 e 45 dias enquanto o passivo circulante reflete 12 meses do serviço da dívida. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia.

(c) Acordo de acionistas da Companhia: Observadas as normas legais aplicáveis, cada acionista poderá transferir a totalidade ou parte das suas ações, sem sujeição ao direito de preferência, se a transferência for:

- Para a sociedade na qual detenha a maioria do capital com direito a voto.
- Para a sociedade que detenha o controle deste acionista ou a maioria do seu capital votante.
- Para sociedade cuja maioria ou controle do capital votante seja detido ou controlado por sociedade de que detenha o controle ou a maioria do seu capital com direito a voto.

Exceto pelo acima disposto, nenhum acionista poderá de qualquer modo alienar, ceder ou transferir qualquer de suas ações no período compreendido entre a data de celebração do Acordo de Acionistas e a data da integral liquidação das obrigações decorrentes dos contratos de financiamentos, sem a prévia e expressa autorização dos demais acionistas.

(d) Estrutura de financiamento: De acordo com o Contrato de Concessão, os acionistas da Companhia assumiram certas responsabilidades específicas. A Companhia financiou a implantação do empreendimento. O financiamento foi baseado em uma estrutura de garantias corporativas proporcionais durante a fase de construção, podendo tais garantias corporativas ser substituídas por recebíveis dos contratos de compra e venda de energia durante a fase de operação, cujas características incluem os seguintes itens:

- Recursos dos acionistas da Companhia.
- Financiamento no mercado local por meio de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O financiamento com o BID foi liquidado em 15 de dezembro de 2010.
- Emissão pública de debêntures.

(e) Direitos de compra de energia: As vendas de energia são efetuadas para os acionistas da Companhia, de acordo com sua participação no capital social, ou a terceiros por eles indicados. O Acionista que determinar a venda a terceiros permanece responsável junto à Companhia pela adimplência das respectivas vendas. O preço de venda deve ser suficiente para o pagamento dos custos operacionais, serviço da dívida, impostos e juros, chamado "Preço de Referência", aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

(f) Operação: Em virtude da concessão em que a Companhia é titular ter sido outorgada antes da vigência do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e pelo fato de ser uma produtora independente de energia elétrica, que comercializa energia elétrica por sua conta e risco e a preços não regulados, a Companhia não está sujeita às limitações de venda de energia entre partes relacionadas e à necessidade de realização de leilões de venda de energia. Portanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 - "Contratos de Concessão".

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As seguintes normas e alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2014 e não tiveram impactos materiais para a Companhia. (i) Alteração ao CPC 01 - "Redução no Valor Recuperável de Ativos" sobre a divulgação do valor recuperável de ativos não financeiros. Essa alteração elimina determinadas divulgações do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que haviam sido incluídas no IAS 36 com a emissão do IFRS 13. (ii) Alteração ao CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração" - esclarece que as que substituições de contrapartes originais pelas contrapartes de compensação que vierem a ser exigidas por introdução ou mudança de leis e regulamentos não provocam expiração ou término do instrumento de *hedge*. Além disso, os efeitos da substituição da contraparte original devem ser refletidos na mensuração do instrumento de *hedge* e, portanto, na avaliação e mensuração da efetividade do *hedge*. (iii) Alteração ao CPC 39 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", sobre compensação de ativos e passivos financeiros. Esta alteração esclarece que o direito de compensação não deve ser contingente em um evento futuro. Ele também deve ser legalmente aplicável para todas as contrapartes no curso normal do negócio, bem como no caso de inadimplência, insolvência ou falência. A alteração também considera os mecanismos de liquidação. (iv) ICPC 19 - "Tributos", trata da contabilização de obrigação de pagar um imposto se o passivo fizer parte do escopo do IAS 37 - "Provisões". A interpretação esclarece qual fato gerador da obrigação gera o pagamento de um imposto e quando um passivo deve ser reconhecido. (v) OCPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas. (vi) OCPC 08 - "Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica", trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação a serem observados quando do aditamento dos contratos de concessão e permissão, por representar um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte - Poder Concedente. (vii) Revisão CPC 07 - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - Separate Financial Statements, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

2.2. Conversão de moeda estrangeira: Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais. O real é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.4. Ativos financeiros:

2.4.1. Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Conforme descrito na Nota 8, certas aplicações financeiras foram dadas em garantia a execução judicial, perante os contratos de empréstimos e financiamentos com o BNDES e de operações CCG/ONS, estando, dessa forma, sujeitas a restrições para resgate e, portanto, classificadas como ativo não circulante.

(b) Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 2.3) e "Contas a receber de partes relacionadas" (Nota 2.6).

2.4.2. Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

2.4.3. Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda têm um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. A Companhia não identificou nenhum ativo financeiro para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

2.5. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

2.6. Contas a receber de partes relacionadas: As contas a receber de partes relacionadas correspondem aos valores a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Nos valores a receber não estão inclusos encargos ou efeitos inflacionários, somente o preço acordado pela energia vendida. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não espera perda sobre os recebíveis de partes relacionadas.

2.7. Imobilizado:

2.7.1. Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

2.7.2. Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

2.7.3. Depreciação: As taxas utilizadas para depreciação do ativo imobilizado estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, sendo aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2012, limitadas ao prazo do contrato de concessão. A Administração da Companhia, com base na opinião de assessores jurídicos e nas disposições constitucionais que protegem o direito à propriedade, entendia possuir o direito à indenização em relação a todos os bens que não tiverem sido integralmente amortizados ou depreciados até o término da concessão e considerava como indenizáveis todos os bens reversíveis de sua titularidade que se encontrassem nessa situação ao cabo da concessão, inclusive aqueles relativos ao Projeto Básico. No entanto, a Administração da Companhia revisou seu entendimento do assunto em decorrência de: (i) haver novo posicionamento da ANEEL que, em 15 de abril de 2013, emitiu o Ofício nº 384/2013, onde informa à sua parte relacionada BAESA - Energética Barra Grande S.A., não haver o direito a indenização no final do contrato de concessão e que os investimentos deverão ser amortizados ou depreciados integralmente dentro do prazo contratual; e (ii) levar em consideração a possibilidade de, no momento da expiração do prazo de concessão, existirem condições regulatórias ou de mercado que impliquem na não renovação da concessão, como demonstra o histórico de empresas que não efetivaram a renovação de suas concessões a partir da promulgação da Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013. Dessa forma, Administração da Companhia entendeu que o posicionamento contido no supracitado Ofício da ANEEL também se aplica ao caso da Companhia e concluiu que não está sob seu controle: (i) o direito à indenização dos valores relativos aos bens que não tiverem sido integralmente amortizados ou depreciados até o término da concessão, inclusive aqueles relativos ao Projeto Básico; e (ii) as condições regulatórias e de mercado que viabilizem a renovação da referida concessão; existindo, portanto, a possibilidade de que a mesma não venha a ocorrer. Baseada nos aspectos acima mencionados a Administração da Companhia entende ser apropriada a utilização das taxas de depreciação fixadas pela ANEEL, limitadas ao prazo do contrato de concessão. Portanto, na data dessas demonstrações financeiras existem evidências objetivas que implicaram, a partir de 1º de maio de 2013, na necessidade de revisão das taxas de depreciação praticadas (mudança de estimativa contábil). Eventuais alterações nos aspectos regulatórios ou outras questões que futuramente venham a afetar essa estimativa serão acompanhadas e seus efeitos, se existentes, serão oportunamente analisados e refletidos nas demonstrações financeiras. Em 14 de agosto de 2014 a Companhia recebeu o Ofício nº 518/2014-SFF/ANEEL, informando que as concessionárias cujos contratos de concessão não está prevista a indenização ao final do prazo deverá adotar taxas proporcionais e prospectivas, visando amortizar todo o investimento, o que corrobora a posição adotada pela Companhia. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos (após a revisão da estimativa contábil)	Anos (antes da revisão da estimativa contábil)
Terrenos.....	23	50
Reservatórios, barragens e adutoras	23	50
Edificações, obras civis e benfeitorias.....	23	25 a 40
Máquinas e equipamentos	23	30 a 40
Veículos	5	5
Móveis e utensílios.....	10	10

2.8. Investimentos: O investimento refere-se à participação de 50% na CSC - Central de Serviços Compartilhados S.A., sendo que a Companhia não detém o controle desse investimento.

2.9. Intangível: Os valores registrados como intangível referem-se principalmente à utilização do bem público (UBP) conforme descrito na nota explicativa 3.2.1 e aos investimentos em software que são amortizados à taxa de 20% ao ano.

2.10. Diferido: Refere-se a despesas pré-operacionais as quais estão sendo amortizadas no período de dez anos, até o ano de 2017.

2.11. Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). A Companhia não identificou nenhum ativo não financeiro para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

2.12. Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.13. Empréstimos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14. Uso do Bem Público (UBP): São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

2.15. Encargos setoriais: Estão contabilizados como dedução da receita operacional bruta, e são apurados pelo regime de competência.

Programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D: Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e o art. 12 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, as empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, dentre outras, devem aplicar, anualmente, o percentual de 1% de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - Programa de P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos: A compensação financeira, instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, §1º, e regulamentada pela Lei nº 7.990/1989, corresponde à indenização aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. A Resolução ANEEL nº 67, de 22 de fevereiro de 2001 determina que o valor a ser recolhido mensalmente corresponda a 6,75% da energia produzida no mês multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada pela ANEEL, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenha áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União. Esta compensação está registrada na rubrica de custos dos serviços de energia elétrica no resultado do período.

2.16. Provisões: As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação usando uma taxa de juros antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.18. Benefícios a empregados:

2.18.1. Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

2.18.2. Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.19. Capital social: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.20. Reconhecimento da receita - Venda de energia elétrica: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando: (i) é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; (v) e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

2.21. Receitas e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras e variação cambial. As despesas financeiras correspondem, principalmente, a juros sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e variação cambial.

2.22. Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.23. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes"** - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

- **IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"** - Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abrange as exigências de

efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas: Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.1.1. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos: A provisão para imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. A provisão para imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais. A determinação da provisão para imposto de renda ou imposto de renda diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado nas projeções preparadas e aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

3.1.2. Provisão para contingências: As provisões para contingências são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável por seus consultores jurídicos e pela administração. O registro das contingências ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, bem como em outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

3.2. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade:

3.2.1. Utilização do bem público: A título de Uso do Bem Público (UBP) (concessão onerosa), o concessionário pagará à União, do 7º ao 35º ano de concessão, o valor anual original na data do contrato de R\$780, o qual atualizado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) é de R\$2.397 em 31 de dezembro de 2014. Os valores vêm sendo pagos mensalmente, desde março de 2007. A contrapartida do registro inicial dessa obrigação está incluída no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da UBP é de R\$11.663 (31 de dezembro de 2013 - R\$12.239), que representa o valor inicial registrado remanescente de amortização (R\$48 ao mês).

3.2.2. Depreciação do ativo imobilizado: As taxas utilizadas para depreciação do ativo imobilizado estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, sendo aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2012, limitadas ao prazo do contrato de concessão, conforme descrito na nota 2.7.3.

4 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e os impactos.

4.1. Fatores de risco financeiro:

(a) Risco de mercado:

(i) Risco cambial: Conforme descrito na Nota 13, a Companhia contratou dívidas decorrentes do Subcrédito E, cujo saldo devedor é atualizado mensalmente pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre os recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira incluindo o dólar norte-americano. Sobre estas operações não foram contratadas operações de *hedge* (proteção), em razão da Administração não esperar flutuações cambiais significativas. Não é esperada perdas/ganhos relevantes em caso de flutuação da moeda dólar.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do CDI e os contratos de financiamentos existentes são de longo prazo contratados com órgãos de fomento e desenvolvimento (BID e BNDES), com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas pelo BID e BNDES. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Instrumentos de taxa variável

	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa.....	45.329	21.483
Aplicações financeiras vinculadas.....	31.375	37.298
Depósitos judiciais.....	53.876	49.822
Empréstimos e financiamentos.....	316.439	386.793
Debêntures.....	82.117	89.400
Uso do Bem Público (UBP).....	24.207	23.971

(iii) Risco de preço no fornecimento de energia: A exposição aos efeitos de oscilação de preços no fornecimento de energia em função de variáveis de mercado é baixa. O preço de venda deve ser suficiente para o pagamento dos custos operacionais, serviço da dívida, impostos e juros, chamado Preço de Referência, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. **(b) Risco de crédito:** Conforme descrito na Nota 9, a Companhia não espera perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas. Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa.....	45.329	21.483
Contas a receber de partes relacionadas.....	85.835	74.855
Aplicações financeiras vinculadas.....	31.375	37.298
	162.539	133.636

A Companhia não possui risco de crédito por região geográfica, pois todos os seus clientes estão localizados no Brasil. Também não possui risco de crédito por tipo de contra parte, pois os principais clientes são acionistas. As aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco. **(c) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros:

Passivos financeiros não derivativos	Valor	6 meses	6 a 12	1 a 2	2 a 5	Mais de
	contábil	ou menos	meses	anos	anos	5 anos
Empréstimos e financiamentos.....	316.439	51.791	50.047	106.301	172.739	-
Debêntures.....	82.117	9.017	8.828	23.634	51.263	38.680
Fornecedores.....	2.791	2.791	-	-	-	-
Utilização do Bem Público (UBP).....	24.207	593	593	2.361	5.903	14.757
	425.554	64.192	59.468	132.296	229.905	53.437

(d) Análise de sensibilidade

	2014		2013		Risco	Provável	-25%(*)	-50%(*)
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo				
Caixa e equivalentes de caixa								
CDI	45.329	-	21.483	-	Alta do CDI	23	(1.320)	(2.640)
Aplicações financeiras vinculadas								
CDI	4.660	-	4.208	-	Alta do CDI	2	(136)	(271)
SELIC	26.715	-	33.090	-	Alta da SELIC	13	(778)	(1.556)
Empréstimos bancários								
TJLP	-	289.516	-	357.551	Alta da TJLP	-	(3.981)	(7.962)
US\$	-	26.923	-	29.242	Alta do US\$	(313)	(6.731)	(13.462)
Debêntures								
CDI	-	82.117	-	89.400	Alta do CDI	41	(2.392)	(4.783)
Uso do Bem Público (UBP)								
IGP-M	-	24.207	-	23.971	Alta do IGP-M	48	(222)	(444)

4.2. **Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 podem ser assim sumarizados:

	2014	2013
Total dos empréstimos e debêntures (Notas 13 e 14)	398.556	476.193
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(45.329)	(21.483)
Dívida líquida	353.227	454.710
Total do patrimônio líquido	898.456	823.389
Total do capital	1.251.683	1.278.089
Índice de alavancagem financeira - %	28	34

A redução do índice de alavancagem financeira em 2014 foi decorrente, principalmente da liquidação de empréstimos e financiamentos.

4.3. **Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos de aplicações financeiras restritas estejam próximas de seus valores justos. Os instrumentos financeiros avaliados ao valor justo são as aplicações financeiras vinculadas que totalizavam R\$31.375 em 31 de dezembro de 2014 (31 de dezembro de 2013 - R\$37.298) que foram avaliadas como instrumentos financeiros no nível 2, detalhados a seguir.

Nível 2: Com informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

5 Instrumentos financeiros por categoria

	31 de dezembro de 2014		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	45.329	-	45.329
Contas a receber de partes relacionadas	85.835	-	85.835
Depósitos judiciais	53.876	-	53.876
Aplicações financeiras vinculadas	-	31.375	31.375
.....	185.040	31.375	216.415
Passivo, conforme o balanço patrimonial		Outros passivos financeiros	Total
Empréstimos e financiamentos		316.439	316.439
Debêntures		82.117	82.117
Uso do Bem Público (UBP)		24.207	24.207
Fornecedores e outras obrigações		104.790	104.790
.....		527.553	527.553
	31 de dezembro de 2013		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	21.483	-	21.483
Contas a receber de partes relacionadas	74.855	-	74.855
Depósitos judiciais	49.822	-	49.822
Aplicações financeiras vinculadas	-	37.298	37.298
.....	146.160	37.298	183.458
Passivo, conforme o balanço patrimonial		Outros passivos financeiros	Total
Empréstimos e financiamentos		386.793	386.793
Debêntures		89.400	89.400
Uso do Bem Público (UBP)		23.971	23.971
Fornecedores e outras obrigações		89.843	89.843
.....		590.007	590.007

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada periodicamente. Os saldos entre partes relacionadas representam um risco de crédito irrelevante e as instituições financeiras em que a Companhia realiza transações são de primeira linha. Nenhum dos ativos financeiros, totalmente adimplentes, foi renegociado no último exercício.

7 Caixa e equivalente de caixa

	2014	2013
Caixa e depósitos bancários a vista	18	27
Aplicações financeiras	45.311	21.456
.....	45.329	21.483

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e são remuneradas a taxas que variam de 75% a 101% (31 de dezembro de 2013 - 70% a 101,80%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDIs), prontamente resgatáveis sem diferença significativa de valor.

8 Aplicações financeiras vinculadas

Instituição financeira	2014	2013
Banco do Brasil S.A. (i)	26.715	33.090
Banco do Brasil S.A. (ii)	4.660	4.208
	31.375	37.298

(i) Refere-se a títulos públicos federais adquiridos para futuramente compor a conta reserva exigida no contrato de financiamento do BNDES (Nota 13) correspondente a três parcelas. Estes títulos são corrigidos pela SELIC, possuem vencimento nominal em 10 de fevereiro de 2017 e estão classificados como ativos ao valor justo por meio do resultado. (ii) Refere-se a aplicação financeira em CDI exigida para termo aditivo de garantia nas operações Contrato de Constituição de Garantias (CCG)/Operador Nacional de Sistema Elétrico (ONS).

9 Transações com partes relacionadas

(a) Contas a receber e receitas com partes relacionadas

	Contas a receber		Receita bruta pelo suprimento e fornecimento de energia	
	2014	2013	2014	2013
Companhia Piratininga de Força e Luz	14.444	13.975	84.160	79.775
Votorantim Metais Zinco S.A.	10.921	7.128	60.817	41.754
CPFL - Comercialização Brasil S.A.	153	139	895	3.559
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	4.170
Votorantim Comerc. de Energia Ltda.	21.345	19.586	113.438	107.161
Companhia Estadual - CEEE - GT	5.417	5.502	31.556	29.921
Companhia Brasileira de Alumínio	-	-	19.409	9.491
Companhia Paulista de Força e Luz	27.137	24.833	158.669	145.311
Votorantim Metais Níquel S.A.	6.418	3.692	32.665	50.537
	85.835	74.855	501.609	471.679

A receita por fornecimento e suprimento de energia é determinada de acordo com os preços definidos em contrato. Não são esperadas perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de contas a receber será realizado em um prazo que varia entre 30 e 45 dias. O saldo de contas a receber contempla somente os valores a receber pela venda de energia elétrica, não considerando quaisquer acréscimos financeiros ou juros. O preço de venda deve ser e é suficiente para o pagamento dos custos operacionais, serviço da dívida, impostos e juros.

(b) Remuneração da administração: A Assembleia Geral Ordinária (AGO), que se realizou em 30 de abril de 2014 fixou a remuneração global da administração em R\$800 para o exercício de 2014 (R\$750 no exercício de 2013).

10 Imobilizado

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Total
Em 31/12/2012	7.500	765.392	99.946	400.323	91	227	5	1.273.484
Adições	-	-	-	-	-	-	1.590	1.590
Baixas	-	-	-	-	(72)	-	-	(72)
Transferências	-	-	-	88	72	66	(226)	-
Depreciação	(282)	(29.447)	(3.836)	(17.069)	16	(52)	-	(50.670)
Em 31/12/2013	7.218	735.945	96.110	383.342	107	241	1.369	1.224.332
Adições	-	-	-	-	-	-	760	760
Baixas	-	-	-	-	(14)	(7)	(12)	(33)
Transferências	-	-	952	1.027	65	7	(2.051)	-
Depreciação	(336)	(34.363)	(4.538)	(18.128)	(23)	(51)	-	(57.439)
Em/12/2014	6.882	701.582	92.524	366.241	135	190	66	1.167.620
Taxa de depreciação - %	4,5	4,5	4,5	4,5	14	11	-	-
Em 31/12/2014								
Custo	8.629	878.555	116.149	484.942	333	523	66	1.489.197
Depreciação acumulada	(1.747)	(176.973)	(23.625)	(118.701)	(198)	(333)	-	(321.577)
Saldo contábil líquido em 31/12/2014	6.882	701.582	92.524	366.241	135	190	66	1.167.620

11 Intangível

	Uso do Bem Público (UBP)		Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	12.810	246		13.056
Adições	-	-	389	389
Amortização	(571)	(81)		(652)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	12.239	554		12.793
Amortização	(576)	(90)		(666)
Saldos em 31 de dezembro 2014	11.663	464		12.127

Os valores referentes ao contrato de concessão referem-se ao registro da obrigação mencionada nas Notas 1 e 15, e são amortizados linearmente pelo período remanescente da concessão que se encerra em maio de 2036.

12 Diferido

Custo total	10.985
Amortização acumulada	(8.696)
Valor residual em 31 de dezembro de 2014	2.289
O diferido está sendo amortizado pela taxa anual de 10% conforme apresentado abaixo:	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.387
Amortização do período	(1.099)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.289

13 Empréstimos e financiamentos

Subcrédito	Encargos anuais	Vencimento	2014	2013
BNDES (A e B)	TJLP + 4% a.a.	Março de 2019	289.516	357.551
BNDES (C e D)	UMBNDDES(*) + 4% a.a.	Março de 2019	26.923	29.242
			316.439	386.793
Parcela do circulante			(75.380)	(74.775)
Parcela do não circulante			241.059	312.018

(*) Unidade Monetária BNDES. Refere-se a financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) obtido em 20 de outubro de 2003, quando foi assinado o contrato de abertura de crédito no valor de R\$619.872, vinculado à implantação da Usina Hidrelétrica Campos Novos. Esse financiamento está sendo liquidado em 144 parcelas mensais e consecutivas, vencendo-se a última em março de 2019. Em 31 de dezembro de 2014 as

parcelas do não circulante têm os seguintes vencimentos:

2016.....	74.172
2017.....	74.172
2018.....	74.172
2019.....	18.543
	241.059

Garantias: Os financiamentos anteriormente referidos estão garantidos por contrato de fiança e subfiança celebrado pelas acionistas (ou empresas controladas pelos acionistas) CPFL Geração de Energia S.A., CPFL Energia S.A., Hejoassu Administração S.A. e CBA - Companhia Brasileira de Alumínio.

Cláusulas restritivas (covenants financeiros): Os contratos de financiamentos mencionados anteriormente possuem cláusulas do tipo *debt covenants* que incluem, entre outras obrigações, a constituição de contas reserva em favor dos credores com valores mínimos, a manutenção de índices mínimos de cobertura da dívida e coeficiente de endividamento. Caso esses índices não sejam atingidos, o banco poderá declarar vencido antecipadamente o valor devido. Os índices econômicos e financeiros previstos em contrato foram atingidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

14 Debêntures

<u>Subcrédito</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Série única.....	100% da taxa DI+ 1,25% a.a.	Dezembro de 2025	82.511	89.830
Gastos com emissão.....			(394)	(430)
			82.117	89.400
Parcela do circulante			7.900	7.761
Parcela do não circulante			74.217	81.639
Em 13 de dezembro de 2010 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cauteelas ou certificados, da espécie quirografária, sem preferências ou garantias, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. As debêntures foram emitidas em série única de 110 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000. As debêntures não possuem cláusulas restritivas (covenants financeiros). Em 31 de dezembro de 2014 as parcelas do não circulante os seguintes vencimentos:				
2016.....				7.422
2017.....				7.422
2018.....				7.422
2019.....				7.422
2020.....				7.422
2021.....				7.422
2022.....				7.422
2023.....				7.422
2024.....				7.422
2025.....				7.419
				74.217

15 Uso do Bem Público (UBP)

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Uso do Bem Público (UBP).....	IGP-M	Maio de 2035	24.207	23.971
Parcela do circulante.....			1.186	1.115
Parcela do não circulante			23.021	22.856

16 Impostos e contribuições a recolher

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	-	5.582
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	-	2.084
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	2.003	1.905
Programa de Integração Social (PIS).....	434	413
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).....	1.021	610
Impostos retidos de fornecedores	68	130
	3.526	10.724

17 Encargos setoriais

	<u>Passivo</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico.....	2.781	3.675	4.920	4.565
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	3.857	2.492	25.196	19.559
Taxa de fiscalização da ANEEL.....	138	142	1.657	1.704
Total circulante	6.776	6.309	31.773	25.828
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico - Não circulante	12.371	10.003		
	19.147	16.312		

18 Provisões

Referem-se a contingências fiscais no montante de R\$27.797 (31 de dezembro de 2013 - R\$27.076). A variação apresentada nas contingências fiscais em 2014 decorre de atualização monetária, nas mesmas bases da atualização dos respectivos depósitos judiciais dessas contingências.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Cíveis (i)	381	72
Fiscais (ii)	50.728	39.384
Fiscais (iii)	804	709
Fiscais (iv)	55.078	55.078
Trabalhistas.....	735	1.002
	107.726	96.245

(i) Referem-se, principalmente, a ações indenizatórias por conta de áreas supostamente atingidas pelo reservatório e ações por danos ambientais diversos, as quais a administração da Companhia e seus consultores legais entendem que a probabilidade de perda é possível. (ii) Contingências fiscais - ISS. Nos meses de maio e junho de 2007, a ENERCAN foi fiscalizada por autoridades fazendárias das Prefeituras Municipais de Campos Novos e Celso Ramos. Ao final da fiscalização tais autoridades emitiram quatro autos de infração e quatro notificações fiscais, totalizando R\$59.142, incluindo multas e juros correspondentes ao ISSQN sobre a totalidade dos serviços contratados e pagos pela Companhia desde o ano de 2002, além de uma diferença do referido tributo sobre o valor global dos serviços prestados pelo CFCN - Consórcio Fornecedor de Campos Novos. Não ocorreram novas fiscalizações ou autuações posteriores a 2007. A alegação das autoridades fazendárias municipais está baseada na ausência de retenção e recolhimento de Imposto sobre Serviços (ISSQN). A Companhia, por meio dos seus assessores jurídicos, preparou e encaminhou defesa e impugnações no âmbito administrativo. A Companhia foi requerida a

constituir uma garantia financeira para a execução fiscal ajuizada pelo Município de Celso Ramos, a qual estava representada por títulos públicos federais (Nota 8). Em decorrência de decisão judicial, em 7 de junho de 2013 foram resgatados e transformados em depósito judicial, no montante de R\$22.760. Em 20 de dezembro de 2013, por decisão da justiça, o depósito judicial foi liberado e substituído por seguro garantia. Em março de 2011, a Companhia efetuou depósito judicial no valor de R\$42.838, por conta da ação do ISS ajuizada pelo Município de Campos Novos, cujo valor atualizado, em 31 de dezembro de 2014 é de R\$53.876. Do valor total atualizado das contingências de ISS - R\$78.525, os assessores jurídicos da Companhia (advogados externos) avaliaram que o montante de R\$50.728 apresenta risco de perda possível e o valor de R\$27.797 (atualizado) possui risco de perda provável o qual foi provisionado. O contrato celebrado com o Consórcio Construtor da Usina de Campos Novos, estabelecido na cláusula 16.3 a responsabilidade do Consórcio Construtor por quaisquer processos, ações e reivindicações que vierem a ser constituídos contra a Companhia cuja responsabilidade seja do Consórcio Construtor, a administração, conservadoramente, por não ter certeza da recuperabilidade desses valores, nesse momento, decidiu não provisionar valor equivalente como contas a receber. (iii) Contingências fiscais - Imposto Territorial Rural (ITR): Refere-se a lançamento de ITR realizado sobre imóvel situado no Parque Estadual Rio Canoas e área do reservatório, que a Companhia está questionando através de defesa administrativa. (iv) Contingências fiscais - Base de cálculo do PIS e da COFINS: Refere-se a Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, lavrado em 17 de janeiro de 2013 e recebido na Companhia em 28 de janeiro de 2013, em decorrência de a Companhia estar calculando o PIS e a COFINS sobre seus contratos assinados antes de outubro de 2003 pelo regime da cumulatividade, pois não houve alteração do preço predeterminado. A RFB entende que, como já houve reajuste, esses contratos passaram a ser enquadrados no regime da não cumulatividade. A Companhia, através de seus assessores jurídicos, em 26 de fevereiro de 2013 protocolou impugnação ao auto de infração. Em 27 de agosto de 2013 a Receita Federal do Brasil intimou a Companhia julgando improcedente a impugnação apresentada. Em 24 de setembro de 2013, através de seus assessores jurídicos a Companhia interpôs recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

19 Patrimônio líquido

(a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social é de R\$388.787, totalmente subscrito e integralizado, representado por ações ordinárias e nominativas, e sua composição é como segue:

Acionistas	Quantidade de ações	% Capital
CPFL Geração de Energia S.A.	189.429.000	48,723032
Companhia Brasileira de Alumínio	128.834.000	33,137426
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia.....	25.326.000	6,514101
Votorantim Metais Niquel S.A.	45.198.000	11,625441
	388.787.000	100

(b) **Dividendos propostos:** A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações.

	2014	2013
Lucro líquido do exercício.....	98.449	138.737
Constituição da reserva legal (5%).....	(4.922)	(6.937)
Base de cálculo dos dividendos	93.527	131.800
Dividendo mínimo obrigatório (25%).....	23.382	32.950

Em 30 de abril de 2014 a Companhia apresentava excesso de reservas de retenção de lucros em relação ao capital social, sendo assim, a Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada na mesma data aprovou conforme artigo 196 da Lei 6.404/76 a distribuição de R\$27.550 a título de dividendos, quando houver suficiência de caixa. A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Saldos iniciais.....	32.950	38.070
Dividendos adicionais propostos.....	27.550	110.000
Pagamentos.....	(32.950)	(148.070)
Dividendos mínimos obrigatórios.....	23.382	32.950
Saldos finais	50.932	32.950

(c) **Resultado por ação:** O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2014 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação, comparativamente com o mesmo período de 2013 conforme quadro abaixo:

	2014	2013
Média ponderada da quantidade de ações.....	388.787.000	388.787.000
Resultado básico por ação em R\$	0,253	0,356

Não há fatores de diluição a serem considerados no cálculo do resultado por ação.

(d) **Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia apresenta excesso de reservas de retenção de lucros em relação ao capital social no montante de R\$120.882 (R\$73.365 em 31 de dezembro de 2013), que será objeto de deliberação futura.

20 Receita operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2014	2013
Receita com partes relacionadas.....	501.610	471.680
Receita com câmara de comercialização de energia elétrica (CCEE).....	37.913	38.074
Outras receitas.....	4	8
Impostos sobre vendas.....	(41.686)	(39.580)
Receita operacional líquida	497.841	470.182

21 Resultado financeiro e cambial líquido

	2014	2013
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras.....	5.886	14.487
Atualização depósitos judiciais.....	4.054	-
Outros.....	4.355	-
	14.295	14.487
Despesas financeiras		
Empréstimos e financiamentos.....	(30.423)	(36.919)
Debêntures.....	(10.150)	(8.444)
Uso do Bem Público (UBP).....	(2.538)	(2.936)
Outros.....	(1.847)	(7.774)
	(44.958)	(56.073)
Variação cambial		
Ativa.....	2.783	3.566
Passiva.....	(6.025)	(7.351)
Variação cambial líquida	(3.242)	(3.785)
Resultado financeiro líquido	33.905	45.371

A variação cambial demonstrada refere-se aos financiamentos obtidos do BNDES, conforme Nota 13.

22 Imposto de renda e contribuição social

A seguir, reconciliação dos tributos e contribuições sociais no resultado:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	147.427	208.309
Alíquota fiscal combinada - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada.....	(50.125)	(70.825)
Adições.....	(963)	(3.098)
Outros.....	2.110	4.351
Efeito dos impostos no resultado	(48.978)	(69.572)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente.....	(49.266)	(72.016)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	288	2.444
Alíquota efetiva - %	33	33

O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se ao crédito tributário diferido sobre a provisão para contingência fiscal constituída conforme mencionado na Nota 18. A Medida Provisória n° 627, de 11 de novembro de 2013, convertida na Lei 12.973, de 13 maio de 2014 e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n° 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da Lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014. Com base na análise efetuada pela Administração sobre os impactos tributários dos novos dispositivos, concluímos que não há distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, a Administração avalia que não haverá encargos tributários incrementais em relação à distribuição de lucros em relação aos últimos cinco anos.

23 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possui compromissos significativos firmados.

24 Coberturas de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas e riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2014, o valor do risco segurado é de R\$877.143 e o limite máximo de indenização é de R\$120.000.

Conselho de administração

HELIO VIANA FERREIRA - *Presidente*

OTÁVIO CARNEIRO DE REZENDE - *Vice-Presidente*

KARIN REGINA LUCHESI

GUSTAVO ESTRELLA

RAUL ALMEIDA CADENA

CÉSAR AUGUSTO CONSERVANI

CARLOS RONALDO VIEIRA FERNANDES

Diretoria

CARLOS ALBERTO BEZERRA DE MIRANDA
Diretor Superintendente

PETER ERIC VOLF
Diretor

MAURO SERGIO GASPAR - *Contador - CRC-SP 120914/O-9*

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Campos Novos Energia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Campos Novos Energia S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Até 31 de março de 2013, a administração da Companhia entendia, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, que o valor residual dos bens integrantes do projeto básico da concessão, ao seu final, deveria ser apurado mediante a utilização das taxas de depreciação contidas no plano de contas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 15 de abril de 2013, a ANEEL emitiu ofício a uma empresa do grupo da Companhia, indicando não haver direito à indenização, e que a mesma deveria depreciar os bens da concessão durante o prazo da concessão, o que representa não haver valor residual ao final desse prazo. Dessa forma, a administração entende que tratamento semelhante deve ser aplicado pela Companhia e passou a depreciar seus bens pelo prazo remanescente da concessão, por entender, conforme descrito na Nota 2.7.3, que está diante de novos fatos e circunstâncias. No entanto, o contrato de concessão da Companhia, prevê que ao seu final são indenizáveis apenas os investimentos realizados após a entrada em operação da última unidade geradora ainda não amortizados. Entendemos, assim, que o referido contrato de concessão não prevê a indenização de investimentos com o projeto básico e a mudança de prática contábil realizada pela Companhia não se trata de revisão de estimativa, mas sim de correção de erro, nos termos do que prevê o Pronunciamento CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, devendo, portanto, ser ajustado de forma retrospectiva. Consequentemente, em decorrência do assunto acima mencionado o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 está aumentado em R\$59.017 mil e o resultado para o exercício findo nessa data está diminuído em R\$3.333 mil, respectivamente, líquidos dos efeitos tributários.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Campos Novos Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos atenção para a Nota 9 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações, uma vez que as vendas de energia são compartilhadas entre os acionistas da Companhia (Nota 1(f)), de acordo com sua participação no capital social, ou a terceiros por eles indicados. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Florianópolis, 22 de janeiro de 2015

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

Adriano Machado
Contador CRC PR042584/O-7 "S" RS



Acionistas



Sede Administrativa

Avenida Madre Benventura nº 1.168 - 88035-000
Santa Mônica - Florianópolis/SC

Parque Gerador

Fazenda do Aranha, sºn - 89620-000
1º Distrito - Campos Novos/SC

www.enercan.com.br